

# **A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA E APROPRIAÇÃO DE TERRAS: UMA REALIDADE A PARTIR DO MONOPÓLIO PORTUGUÊS NO POLO JUAZEIRO/PETROLINA**

## **COMMON AGRICULTURAL POLICY AND LAND APPROPRIATION: A REALITY FROM THE PORTUGUESE MONOPOLY ON THE POLO PETROLINA/JUAZEIRO**

**Raimunda Áurea Dias de Sousa**

Profª. Dra. do curso de Graduação em Geografia e da Pós-Graduação (PPGFPI)  
da Universidade de Pernambuco – Campus/Petrolina  
aureasouza@hotmail.com

### **Resumo**

A interferência da Europa na política agrícola do Brasil e, em especial no Nordeste do país, data do período da colonização/dominação oficializada, momento em que toda a riqueza natural tinha por objetivo abastecer o mercado europeu. Desse contexto histórico, a suposta condição de país “livre” da superioridade da metrópole, foram diversas as estratégias encontradas pelos países europeus para continuar controlando a produção e os produtores do Brasil e outras antigas colônias, ao ponto de impor no campo, em especial, a necessidade capitalista do valor de troca sobre as necessidades genuínas da humanidade, por meio do cativeiro da terra. Por meio da expansão capitalista no campo via a modernização da agricultura e a liberação do comércio intensificado nos anos de 1990, centrado no discurso de diminuir as desigualdades de concorrência entre os países do Norte e do Sul os grandes produtores dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos foram favorecidos pela capacidade de ambos de aumentar a produção em quantidade e qualidade, de acordo com a política alimentar adotada pela OMC. Assim, o presente artigo objetiva entender a monopolização da Política Agrícola Comum Europeia (PAC) nas terras no Polo Juazeiro/Petrolina por Portugal no momento de intensa liberação do mercado agrícola.

**Palavras Chave:** Terra. PAC. Monopólio. Mercado. Modernização.

### **Abstract**

The interference of Europe on Brazil's agricultural policy, and particularly in the Northeast part of the Country dates back to the official colonization/domination period, in a moment all natural wealth was intended to supply the European market. From this historical context, the supposedly condition of the superiority of the Metropolis, several strategies have been encountered by the European countries in order to continue to control the production and producers in Brazil and other former colonies to the point of imposing particularly the capitalist necessity of exchange value on the genuine needs of humanity, through the captivity of the land. Through the capitalist expansion in the field via modernization of agriculture and liberalization of commerce intensified in the years 1990, centered in the speech of diminishing the inequalities of the competition between northern

and southern countries the largest producers in developed and developing countries have been favored by the capacity of both in increasing quantity and quality, according to the food policy adopted by the WTO. Therefore this work aims to understand the monopolization of the Common Agricultural Policy (CAP) in the lands of the Juazeiro/Petrolina Region by Portugal at the time of intense agricultural market liberation.

**Keywords:** Earth. CAP. Monopoly. Market. Modernization.

## **Introdução**

Notadamente, em todas as formas de sociedade, a produção associada à produtividade está indissolúvelmente ligada ao tipo de utilidade e à utilização compatível com as práticas produtivas dominantes daquela sociedade.

Nesse contexto, o campo foi absorvido e regido pela ordem social atual cuja *utilidade* de sua produção, assim como os seres humanos, passaram a ser controlados pelos imperativos das leis de mercado no processo de expansão do sistema do capital. Na corrida expansionista do sistema, é assinado o Tratado de Roma em 1958 e com ele alterações na política agrícola dos países membros que, a princípio, eram seis (França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo). Nesses países, a agricultura era fortemente marcada pela intervenção estatal, que atuava principalmente sobre orientação e o controle da oferta, a determinação dos preços garantidos, o apoio direto aos rendimentos dos agricultores, a comercialização dos produtos e/ou as estruturas agrícolas.

A situação apresentada originou o nascimento da Política Agrícola Comum Europeia<sup>1</sup>, uma vez que o Tratado de Roma considerava ser necessário suprimir os mecanismos de intervenção nacionais incompatíveis com o mercado comum e transportá-los para o nível comunitário para que, dessa forma, os produtos agrícolas passassem ser incluídos na livre circulação de mercadorias mantendo simultaneamente uma intervenção pública no setor agrícola. Associados a essa finalidade, outros objetivos foram elaborados: **a)** aumentar a produção agrícola por meio da promoção da industrialização das tecnologias agrícolas; **b)** garantir um rendimento adequado para os agricultores; **c)** estabilizar os mercados agrícolas; **d)** assegurar a disponibilidade de produtos agrícolas para os consumidores a preços acessíveis.

De sua origem aos dias atuais a Política Agrícola Comum Europeia se reestruturou, contudo, não perdeu sua finalidade central, que é aumentar a produção

agrícola por meio da promoção da industrialização das tecnologias agrícolas que, por sua vez, se concretiza e se estrutura com a expansão capitalista, estimulando a produtividade e com ela a competição entre os produtores. Nesse caso, as grandes fazendas de produção intensiva passaram a dominar as pequenas propriedades familiares que, quando não desapareciam, iam se tornando de *tempo parcial*<sup>2</sup>, o que foi implicando na superexploração da força de trabalho dos agricultores europeus.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais e, envolve sobretudo a reflexão crítica da política de modernização da agricultura destacando o monopólio das terras por Portugal no Polo Juazeiro/Petrolina localizado no semiárido da Região Nordeste, sendo estruturada em torno de três eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica a respeito do conteúdo, a construção de um banco de dados envolvendo a produção de quadros e figuras, a realização de trabalhos de campo em Portugal (26 entrevistas) e no Polo. Para os referidos eixos foram desenvolvidas práticas de campo que se definiram em análise qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de questionários e do levantamento estatístico; como também no resgate de experiências de vida e de trabalho a partir de instrumentos qualitativos como entrevistas, depoimentos e consultas de documentos.

### **A Política Agrícola Comum Europeia e o desenvolvimento rural**

Ao inserir-se como membro da UE (União Europeia) em 1986, Portugal passou a ser beneficiado pela Política Agrícola Comum e seus fundos comunitários – FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) e FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) que, hoje, foram transformados em (FEAGA) Fundo Europeu Agrícola de Garantia e (FEADER) Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento. Esses, juntamente com FSE (Fundo Social Europeu), buscam a promoção do “desenvolvimento harmonioso” das regiões que compõem a UE. Na ocasião, o país incluía-se na região de objetivo 1 da UE<sup>3</sup> cujo PIB médio per capita deve ser inferior a 75% da média dos países membros.

Sendo assim, o rural em Portugal passa a seguir o modelo da UE acordado na reforma de 1992, disseminando bem o programa de “Desenvolvimento Rural” em todos

os seus aspectos. Para o período de 2007 a 2013, a estratégia de atribuição de apoio à agricultura em Portugal no Quadro Comunitário de Apoio corresponde à estratégia adotada pela União Europeia, de apoiar a agricultura, em grande parte, por meio dos fundos para o desenvolvimento rural, visto o subsídio direto da agricultura ter que ser contraído, devido ao acordo sobre agricultura da Organização Mundial do Comércio.

De acordo com Cunha (2011), Portugal, só marginalmente, se beneficiava da política de preços e mercados, que, na época, absorvia a quase totalidade do orçamento da PAC. Para o autor, com as reformas, os agricultores começaram a receber um apoio visível, apesar de ser consideravelmente mais baixo do que o da maioria dos seus parceiros da antiga UE - 15 devido ao critério da produtividade histórica, uma vez que o país entrou na UE no final dos anos 1980.

Com a política de Desenvolvimento Rural, cujo núcleo consiste na expansão das atividades não agrícolas, ou seja, no rural plural, a produção dos gêneros alimentícios tem caído bastante, pois os idealizadores da política consideram que o campo precisa ser mais urbano, deixando para trás o peso do agrário atrasado. Essa concepção liga-se também ao livre mercado imposto pela OMC (Organização Mundial do Comércio)<sup>4</sup>, de modo que os países europeus para manterem sua população durante todo ano, importam boa parte dos bens alimentícios que precisam e dos que não precisam diretamente, como a soja para manter o gado, etc.

- Nós aqui temos um problema que as Grandes Centrais de Compras nos transmitiram isso, e qual é o problema? Nós gostávamos aqui que a produção fosse autossuficiente, mas é impossível. Querem comprar 10 toneladas de maçãs é impossível o produtor vender isso. Não temos a capacidade de oferta, então temos que ir a Madri/Espanha comprar, mesmo mais longe sai mais barato. O próprio serviço que nós cá, não temos capacidade para nosso mercado. (C.B. - Presidente do MARL, Portugal – Pesquisa de campo, 12 de outubro de 2012).

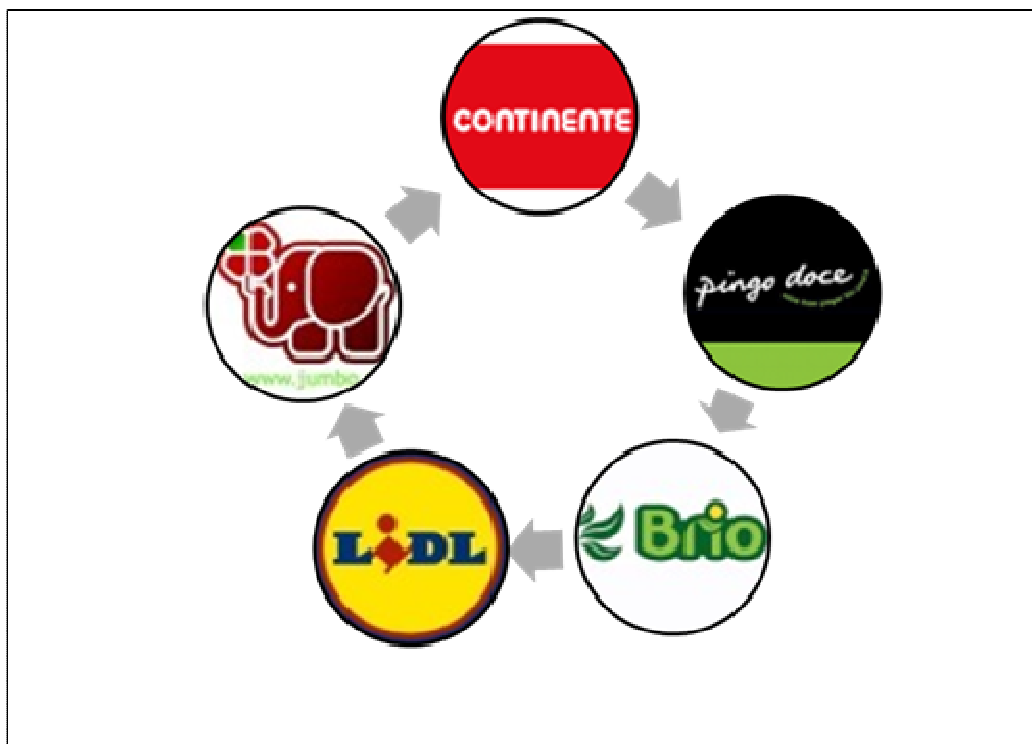
A fala do Presidente aponta a situação do campo em Portugal e na Europa. A escassez da produção agrícola contraria o objetivo originário da PAC, que era justamente o incentivo à produção. Contudo, a elevada produtividade, bem como a pressão dos grandes proprietários levou o Parlamento Europeu alterar as regras de produção para a pequena produção familiar.

A questão não está nos apoios associados ou dissociados à agricultura, mas na forma como eles foram pensados para fortalecer os proprietários do capital em detrimento da pequena produção. É importante destacar que, desde a origem da PAC aos anos de 1992, a modernização da agricultura era o ponto de partida uma vez que os auxílios estavam condicionados a produtividade. Desse modo, os pequenos produtores para poderem ter direito ao benefício tinham que trabalhar horas excessivas já que suas propriedades, além de serem pequenas, não dispunham de todo maquinário comparado a grande propriedade. Nas reformas posteriores, os pagamentos feitos pelo histórico da produção, o auxílio para proteção ambiental o que equivale a não produção e a agricultura de tempo parcial instigada pela lógica do Desenvolvimento Rural, fizeram da PAC uma política, como todas do sistema do capital, um mecanismo para favorecimento dos ricos - grandes operadores (produtores, redes de hipermercados, varejistas, etc.).

La PAC habla el lenguaje de las mercancías no el lenguaje de la agricultura campesina, del territorio o del desarrollo rural. Se articula mediante las Organizaciones Comunes de Mercado (OCMs) donde, a través de la regulación de la producción de las mercancías agrarias, se estructuran los sectores agrícolas y ganaderos, predominando con ello el fraccionamiento y contraposición de intereses. (GALINDO, 2003 p. 2).

É nesse jogo de interesses que Portugal é, de uma forma geral, dominado pelas redes de *hipermercados* e *supermercados* presentes na figura, em diferentes proporções a depender do poder aquisitivo e da prioridade do grupo ao qual as redes pertencem.

Figura 01: Hipermercados e supermercados em Portugal<sup>5</sup>



Fonte: Elaboração: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo/2012.

O domínio dessas redes em Portugal, de outras na Europa, Brasil, enfim, em todo o mundo, traz grandes implicações para a pequena produção em escala mundial no que se refere a questão da terra, uma vez que a Política Agrícola Comum reforça para o período 2013-2020 a produção em grandes propriedades, ao passo que a pequena, ou é multifuncional ou está ligada à preservação ambiental. Como consequências da PAC, verificam-se:

1. As grandes propriedades, por serem modernas e especializadas, continuam a ter auxílio direto da UE; portanto, tem condições para abastecer as grandes redes de hipermercados e supermercados conforme solicitação do comprador;
2. Grupos ligados ao comércio alimentar, monopolizando a terra, tendo em vista os resultados do trabalho. Pode ser comprovado mediante afirmações:

- Temos produtos de fileiras que chamamos em Portugal de produtos de vida Auchan. São cotas ou parcerias que temos com os produtores em que nós elaboramos um caderno de encargos com alguma rigidez no aspecto fitossanitário, nas condições sociais dos trabalhadores, ou seja, nós começamos há 11 anos com esse projeto e na altura para ter uma ideia eram igual o que é hoje é para produzir em *globalgap*. Só

fazemos com produtos portugueses, mais não somos nós que produzimos e sim os pequenos produtores sejam individuais ou em cooperativas. Nós temos que saber a cada momento como foi feito e para termos certeza se está de acordo com as exigências temos uma empresa que emite o certificado do produto. (*V.S. Gestor Logístico – Grupo Auchan – Portugal, pesquisa de campo/08 de novembro de 2012*).

- Nós não produzimos, fazemos parcerias com fornecedores que são nossos produtores há alguns anos. Temos plena confiança neles e sabemos que eles produzem bem. O que fazemos é ir ao produtor e dizer próximo ano queremos x tonelada de batatas e eles produzem, por vezes produtos que comercializamos, por vezes produtos inovadores, como, por exemplo, o melão. Fizemos com o Instituto de Agronomia de Lisboa uma parceria para desenvolvermos uma variedade de melão *pingo doce*. Então com o Jerônimo Martins – Faculdade e alguns produtores produziram uma variedade de melão exclusiva para nós e vendemos exclusivamente. E temos outros projetos com as batatas, peras etc. (*J.R. Gestor de Frutos Tropicais – Pingo doce - Portugal, pesquisa de campo/08 de novembro de 2012*).

- Em Portugal contratamos os trabalhadores, não temos terra própria. Temos sempre produtores que produzem para nós sob contrato. Temos uma coisa única que chamamos Grupo de Produtores Continente composto por produtores individuais ou organização de produtores. Nós contratamos diretamente aos produtores o que queremos consumir e a quantidade. Exemplo: tomate, maçã, uva, laranja etc. Temos 120 sócios entre produtores individuais e organização de produtores e quando se desdobra dá um total de 2.000 produtores. Temos desde grandes produtores a pequenos produtores. Estes produzem em pequena escala, normalmente cultura vegetais como espinafre e agricultura muito fresca. Quando queremos culturas de grandes volumes contratamos grandes produtores ou organização de produtores. Na Itália e Espanha compramos de médios produtores, mas não temos uma política seletiva de compra que esteja relacionada com a dimensão do produtor. Se o produtor possuir boas características, bom produto, boa qualidade para nosso serviço é um produtor potencial para o Continente. A dimensão não é uma questão importante para nós. (*R.M – Engenheiro do Grupo Continente. Pesquisa de campo, Portugal 18 de dezembro de 2012*).

3. Que a suposta “qualidade” e o livre mercado possibilitam as grandes redes comprarem por um preço menor e venderem mais baratos, o que dificulta a ida das pessoas nas feiras e mercados.

- Procuo muito os mercados alternativos, com maiores produções que nos permitem comprar mais barato e vender mais barato. (*J.R. Gestor de Frutos Tropicais – Pingo doce - Portugal, pesquisa de campo, 08 de novembro de 2012*).

Ver realidade exposta a seguir;

**Quadro 01:** Variedade de preços entre bancas nos mercados municipais e hipermercados Lisboa e Ilha da Madeira - PT<sup>6</sup>

1.	2.												
<i>MERCADO DO AVALADE</i>	<i>MERCADO 31 DE MARÇO</i>												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>PRODUTO MANGA- Palmer/BR</th> <th>PREÇO - kg €</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banca A</td> <td>4.99</td> </tr> <tr> <td>Banca B</td> <td>5.66</td> </tr> </tbody> </table>	PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €	Banca A	4.99	Banca B	5.66	<table border="1"> <thead> <tr> <th>PRODUTO MANGA- Palmer/BR</th> <th>PREÇO - kg €</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banca A</td> <td>5.88</td> </tr> <tr> <td>Banca B</td> <td>4.50</td> </tr> </tbody> </table>	PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €	Banca A	5.88	Banca B	4.50
PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €												
Banca A	4.99												
Banca B	5.66												
PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €												
Banca A	5.88												
Banca B	4.50												
3.	4.												
<i>HIPERMERCADOS</i>	<i>ILHA DA MADEIRA PT</i>												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>PRODUTO MANGA- Palmer/BR</th> <th>PREÇO - kg€</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Continente</td> <td>3.99</td> </tr> <tr> <td>Pingo doce</td> <td>2,99</td> </tr> </tbody> </table>	PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg€	Continente	3.99	Pingo doce	2,99	<table border="1"> <thead> <tr> <th>PRODUTO MANGA- Palmer/BR</th> <th>PREÇO - kg €</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mercado dos Lavradores</td> <td>2,88</td> </tr> <tr> <td>Hiper. Continente</td> <td>2,44</td> </tr> </tbody> </table>	PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €	Mercado dos Lavradores	2,88	Hiper. Continente	2,44
PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg€												
Continente	3.99												
Pingo doce	2,99												
PRODUTO MANGA- Palmer/BR	PREÇO - kg €												
Mercado dos Lavradores	2,88												
Hiper. Continente	2,44												

**Fonte:** Elaboração: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo/2012.

Apresenta-se outra realidade com a cenoura. 1kg é vendido na *feira Biológica de Loures* 1,10 € e no supermercado *Continente* 0,55 cen. (Pesquisa de campo – outubro/2012 – Portugal).



Figura 02: Feira mercado Agrobio – biológica<sup>7</sup> – Loures PT



Fonte: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo /2012.

#### 4. Controle da produção dos que resistem no campo por empresas intermediárias;

- Eu vivo da agricultura. Só que ela hoje é muito fraquinha. (*M. pequeno produtor que comercializa no MARL. Pesquisa de campo, Portugal/05 de novembro de 2012*).

- Vendo para intermediários. Só que hoje, os custos são cada vez maiores da produção e os preços menores. (*C.F. pequeno produtor que comercializa no MARL. Pesquisa de campo, Portugal/05 de novembro de 2012*).

A explicação de Oliveira (2010) consiste em mostrar que,

Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas. Essa forma de atuação tem sido gradativamente incorporada pelos grandes capitais (principalmente multinacionais) que, pouco a pouco, vai espremendo toda sorte de representantes do capital comercial (intermediários, maquinistas, atravessadores, atacadistas, etc.), confinando-os a setores menos rentáveis na atual conjuntura, inflacionando estes setores de concorrentes, o que apenas contribui para arruiná-los ainda mais. (p. 23/24).

5. O avanço das comidas prontas e industrializadas no mercado europeu;

- As pessoas pararam de comprar os produtos das quintas. As pessoas comem hoje comidas rápidas, mais baratas e não fazem comida em casa. (C.F. *pequeno produtor que comercializa no MARL. Pesquisa de campo, Portugal/05 de novembro de 2012*).

- As pessoas vão aos mercados e minimercados e compram diretamente o que precisam. Ninguém quer os produtos das roças, mais dos mercados. Vender ao público não pode e nem é permitido. (J. M. *Pequeno produtor de Loures - Portugal, pesquisa de campo/13 de outubro de 2012*).

**Figura 03:** Loja de comidas prontas – centro comercial Continente/PT



Fonte: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo, Portugal 2012.

6. O alargamento das hortaliças e das frutas já embaladas para serem consumidas, conforme figura.

Figura 04: Hortaliças e frutas embaladas - mercado Barcelona - ES



Fonte: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo, Espanha/2012.

Tudo isso tem contribuído para o declínio da pequena produção e para a sobrevivência desta. Nesse sentido, a imigração para a cidade passou a ser inevitável. Aqui se encontra uma das grandes contradições do programa *Desenvolvimento rural*: **a)** o estímulo à migração diária ou temporária para que o migrante adquira hábitos urbanos e retorne verdadeiro urbano; **b)** auxílio aos jovens agricultores que querem continuar no campo trabalhando nas terras dos pais. Nesse caso, os pais precisam passar legalmente as terras para os filhos, sendo que estes devem fazer um curso de “jovens empreendedores” para tocar o negócio sem os pais.

Vê-se que, para a PAC, o negócio está acima de qualquer relação familiar, de qualquer respeito àqueles que estão envelhecendo. Esses são postos pelo programa, completamente de lado, em outras palavras – não servem mais, não são capazes de inovar.

Há ainda um projeto no Concelho de Idanha-a-Nova, cujo tema é “Não emigres – Migra” que tem por intuito atrair jovens empreendedores da cidade para negócio de base rural<sup>8</sup>.



Reforça-se essa contradição, lembrando Martins (2003) quando o mesmo afirma que o sistema do capital primeiro exclui para, em seguida, incluir. O autor elucida que:

os teóricos no geral têm trabalhado com o pressuposto de que as migrações são migrações rural-urbana, que a cidade que atrai é econômica, social e politicamente avançada e civilizada em relação ao atraso e, supõem alguns, em relação à barbárie do mundo rural camponês. Entretanto, nas últimas décadas vai ficando evidente uma certa ruralização das cidades, uma certa adaptação precária e insuficiente dos seus habitantes ao mundo urbano. (p.147).

É nesse jogo de contradições, ou seja, do incentivar para ir pra cidade e do incentivar para retornar ao campo que o Desenvolvimento Rural é constituído. Ainda, no momento das grandes campanhas do morango, por exemplo, há entrada de imigrantes, especialmente mulheres<sup>9</sup> que tenham filhos, vindos da Tailândia e Filipinas para trabalhar precariamente e temporariamente em Portugal sendo maior número na Espanha.

Esses imigrantes, associados a outros vindos, especialmente, de ex-colônias portuguesas com hábitos alimentares ligados a cultivos de clima tropical, tornam Portugal o maior consumidor de frutas tropicais per capita da Europa, mais precisamente **manga**. Por essa razão é que o Vale do São Francisco, na onda do livre comércio, tem se especializado na produção de manga para abastecer Portugal, Espanha e Europa de um modo geral.

### **A monopolização de terras no Polo Juazeiro/Petrolina pelo mercado português**

A política do livre mercado intensificou de forma substancial o comércio de alimentos, o que, aparentemente, parece ter reduzido os custos por serem importados mais baratos, contudo, fez crescer um setor ligado ao consumo de combustíveis, recipientes, embalagens, plásticos, refrigeração especializada na “suposta” qualidade nutricional dos alimentos.

Por essa lógica, um produto que percorre vários quilômetros chegaria com um suposto preço mais baixo do que o da produção local, aparentando favorecer o consumidor. Num entanto, quem ganha mesmo com isso são as empresas certificadoras, as grandes empresas distribuidoras, grupos (intermediários) que compram produtos escassos nos limites da PAC para, em seguida, distribuí-los e, desse

modo, atingir o consumidor, ou seja, nesse universo de livre comércio, o lucro e a renda da terra são absorvidos por um pequeno grupo de empresas - é um gargalo estreito que se torna cada vez mais estreito.

**Figura 05:** Controle alimentar



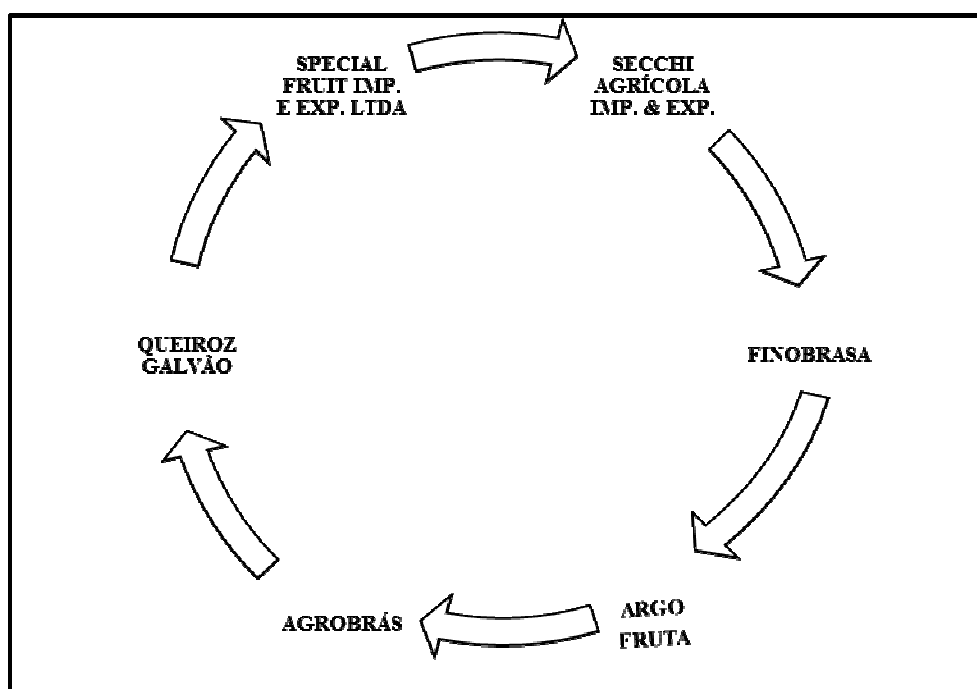
**Fonte:** Elaboração: SOUSA, R.A.D. 2012.

É exatamente nessa conjuntura de livre mercado que os países pobres passaram a produzir cultivos – monoculturas em grandes áreas - como a soja para alimentar o gado na Europa, utilizando-se do discurso velado de contrabalancear a concorrência entre ricos e pobres e de acabar com a fome pelo aumento da produção de alimentos saudáveis. Sendo assim, a política do agronegócio<sup>10</sup> ganha destaque em países como o Brasil em suas áreas estratégicas como o cerrado matogrossense e, em especial, o Vale do São Francisco que beneficiados pelas águas do rio São Francisco, adota um sistema de modernização de agricultura extremamente agressiva incentivado pelo mercado global voltado para exportação de frutas, que, por sua vez, intensificou o uso da terra, água, energia, sementes, fertilizantes químicos e pesticidas. Por conseguinte, os Perímetros Irrigados<sup>11</sup> centrados nesse mercado e controlados pelas empresas certificadoras, principalmente localizadas no mercado europeu, ratificam o que escreve Montiel (2009, p.2) a respeito do que consolida a PAC em escala global,

un sistema agroalimentario en el que la agricultura desempeña un papel subordinado respecto a las industrias de insumos agrarios, la industria de transformación alimentaria y la gran distribución comercial. Se refuerza a su vez una agricultura industrializada y orientada a los mercados globales de mercancías guiados por criterios de rentabilidad y desvinculados de las necesidades alimentarias de la población.

É nesse contexto que o capital tem atraído inúmeras empresas no Polo Juazeiro/Petrolina na área dos Perímetros Irrigados e em seus entornos para que as mesmas se especializem na produção de manga para os mercados da Europa e EUA. Desse modo, o monopólio português e de outros países nos Perímetros Irrigados é estabelecido não somente pela exigência do cultivo a ser produzido na terra, mas pelo controle do trabalho. Assim, a riqueza da produção permitem as empresas do Polo extraírem lucro na produção e na circulação dos produtos, contudo, a renda da terra é absorvida pelos grandes hipermercados. Em Portugal, constam as seguintes empresas.

**Figura 06:** Concorrência das empresas do Polo no mercado português



Fonte: Elaboração: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo, Portugal/2012.

Ressalta-se que das empresas citadas a Secchi Agrícola<sup>12</sup> é a que se encontra em maior número nos supermercados, hipermercados e mercados municipais portugueses. A referida empresa possui um armazém no país localizado em Torres Vedras a 41.89km de Lisboa/PT. Além de mangas, encontra-se também, mamão papaia de produção da empresa citada, conforme figura.

**Figura 07:** Manga e mamão – Secchi agrícola – Mercado 31 de março Lisboa/PT



Fonte: SOUSA, R.A.D. Pesquisa de campo, Portugal /2012.

Além de manga e mamão, encontram-se no mercado português/europeu limas e uva. Esta última já foi mais forte no continente. Todavia, com a entrada do produto por outros países, como Chile, Peru, África do Sul e a diferença nos preços em relação à uva do Polo Juazeiro/Petrolina, a mesma já não é tão presente como foi no passado. Portanto, é a manga vinda de Petrolina/Juazeiro, de alto padrão de qualidade considerada pelas empresas compradoras, que está presente durante todo o ano, vinda por meio de transporte marítimo ou aéreo.

- Quando compramos mangas preferimos as do Vale do São Francisco. Já experimentamos do Equador, Guatemala, Gana e Peru, mas as do Vale são realmente melhores. O aspecto, a fibra e a qualidade são diferentes dos demais países. (*V.S. Gestor Logístico – Grupo Auchan – Portugal, pesquisa de campo/08 de novembro de 2012*).

- A qualidade das mangas do Vale do São Francisco é incomparável. (*J.R. Gestor de Frutos Tropicais – Pingo doce - Portugal, pesquisa de campo/08 de novembro de 2012*).

Relativo à questão dos transportes é relevante nomear que as mangas que chegam via marítima (Tommy) têm um menor custo e destinam-se a um público menos

exigente. Entretanto, aquelas vindas por transporte aéreo (Palmer) são mais caras e destinam-se a um consumidor que aprecia o sabor da manga. (Informações obtidas em pesquisa de campo em Portugal, 2012).

O fato de a manga de Petrolina/Juazeiro estar presente em todos os períodos do ano em Portugal, mesmo com a concorrência de outros países, tem aí um grande implicador para os pequenos produtores, camponeses e trabalhadores assalariados do Polo Juazeiro/Petrolina – o aumento da exploração do trabalho. Desse modo, o consumo crescente desse produto no mercado interno e externo (Europa e EUA) fará com que os grandes produtores apoiados pelo Estado ampliem sua produção mediante novos investimentos em tecnologia, compra de terras, arrendamento ou simplesmente pelo monopólio da produção. Por conseguinte, haverá um maior número de desempregados que corresponde ao exército de reserva, para serem utilizados no período das safras do referido cultivo. Enquanto isso ampliará em toda a Europa empresas intermediárias para comercializarem o produto, de transporte preparado para gêneros alimentícios, de embalagem etc. em virtude de amanga ser consumida em Portugal e em todo Continente.

Vale ressaltar que as empresas intermediárias não compram somente produtos de exportação, mas também absorvem a produção dos pequenos produtores. A mesma realidade que ocorre com os pequenos produtores dos Perímetros Irrigados, que são submetidos aos atravessadores ou têm suas terras monopolizadas por grandes empresas que controlam todo o ciclo da produção. Nas palavras de Martins (2004):

Do ponto de vista histórico a expansão capitalista pode representar de fato um progresso, um avanço nas relações sociais, uma modernização do mundo social. Ela remove os obstáculos a que cada homem, e, portanto, também os camponeses, sejam libertados dos laços pratriarcais que o prendem o outro. Laços que o tornam sujeito da dominação pessoal e de uma economia limitada e limitante, dominada pela autonomia de produzir diretamente os meios de vida e de produzir excedentes comercializáveis ou dominada pela autonomia aparente de ser o dono do trabalho e dos meios de trabalho, a terra e o capital. (109 e 110).

A realidade vivenciada pelos camponeses e pequenos produtores na Europa e de forma mais drástica no Brasil, é, fundamentalmente, por conta do avanço do sistema do capital e não o seu contrário como pregam os apologistas do sistema. Martins (2003) explica que estamos no mundo da divisão social do trabalho. Diferentes momentos do



processo de produção estão distribuídos por uma escala desigual de desenvolvimento técnico e de desenvolvimento social, ou seja, os diferentes setores não se desenvolvem de modo igual. Cada um tem seu próprio tempo e seu próprio ritmo. Justamente por isso, o campesinato se preserva recriado pelo próprio capital, numa espécie de relação colonial das relações mais avançadas e desenvolvidas com as relações mais atrasadas.

### **Algumas considerações**

As terras localizadas no semiárido da região Nordeste - Polo Juazeiro/Petrolina aparentemente “condenadas” pela aridez do clima, serviu como justificativa para implantação da agricultura irrigada voltada para um “desenvolvimento” que só se concretizaria com abertura de mercado, especialmente, o externo.

Com esse propósito, o Polo foi preparado para atender as intensas reformas ocorridas no interior da PAC que sempre reforçaram a modernização da agricultura e sua transformação em um negócio produtivista cuja finalidade prioritária consiste em abastecer de matéria-prima a indústria processadora de alimentos, transformando o campo em um mercado para indústria de insumos agrícolas, (sementes, fertilizantes inorgânicos, máquinas, herbicidas, pesticidas...).

De acordo com Galindo (2009) a lógica da PAC desde sua origem não mudou na essência - favorecer a produção voltada para a exportação - o mesmo objetivo da OMC (Organização Mundial do Comércio) que é o de modernizar a agricultura para o aumento da produtividade, anexando-o para qualquer outro motivo (social, ecológico, territorial) de segurança alimentar e de solidariedade).

Com esse entendimento que a política do agronegócio no Polo se efetiva, valendo-se do discurso do “desenvolvimento” e da erradicação da fome.

As reformas da PAC indicam que a interferência pública tem sido reforçada com políticas agro-rurais, que significa para o Estado, juntar o apoio tradicional da atividade primária, a produção de gêneros alimentícios associados ao desenvolvimento sustentável, o ordenamento do território e da paisagem, a diversificação e revitalização da economia rural ou a produção de energia. Por conseguinte, tornou mais intenso o controle sobre a terra, privilegiando as grandes propriedades e a produção em grande escala. No sistema do capital, para Harvey (2012, p. 168), o comando é “exercido por um grupo ou uma classe social sobre outra ou exercido de modo imperialista, como

poder de um povo sobre outro. Esse poder é tanto expansivo (o poder de fazer e criar) quanto coercitivo (o poder de negar, evitar e, se necessário, destruir)”.

Dessa forma, a ampla e acelerada liberação do mercado agrícola consolida os desígnios do sistema do capital ao promover intercâmbios comerciais, gerando novas possibilidades de negócios rentáveis no mercado global, com os agricultores, podendo se tornar empresários competitivos, produzindo aquilo que o mercado e os consumidores desejarem. Contudo, as regras da OMC e as reduções tarifárias afetaram as condições econômicas dos países menos desenvolvidos no âmbito da UE, deixando-os desprotegidos no que se referem às subvenções das importações industriais e agrícolas, uma vez que os recursos públicos e as dívidas dos países são diferenciados; então, a competição passa a ocorrer dentro da própria União Europeia, na cidade e no campo.

Voltar-se para o mundo considerado subdesenvolvido, significa apropriar-se da terra, por meio da monopolização obrigando a grande e pequena propriedade a produzir de acordo com interesse do país comprador. No caso do Polo Juazeiro/Petrolina, produzir para os países europeus de acordo com as exigências adotadas pela OMC, por conseguinte, pela PAC.

## Notas

---

<sup>1</sup> Pode-se afirmar que a PAC (Política Agrícola Comum) originou nos primeiros dias de formação da CEE (Comunidade Econômica Europeia), nomeadamente no Tratado de Roma de 1957 no Pós-Segunda Guerra, entrando em vigor em 1962. Informações disponíveis em: <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=631&articleID=1782> Acesso em: 27.09.12.

<sup>2</sup> A agricultura de tempo parcial ou *part-time* – significa que o agricultor não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas. Baseado em Silva (1997).

<sup>3</sup> O objetivo 1 da UE visa promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas. Desse modo, as regiões elegíveis para o objectivo 1: 75%, no máximo, do custo total elegível e, em geral, 50%, no mínimo, das despesas públicas elegíveis. A taxa de participação comunitária pode chegar a 80%, nas regiões situadas num Estado-Membro abrangido pelo Fundo de Coesão (a Grécia, a Espanha, a Irlanda e Portugal), ou mesmo 85%, em **todas** as regiões ultraperiféricas e nas ilhas menores do mar Egeu, na Grécia. É importante destacar que o objetivo da UE, assim como os demais foram substituídos para o período 2007 a 2013 pelos seguintes: Convergência, Competitividade Regional e Emprego e Cooperação Territorial. Baseado em informações disponíveis em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/regional\\_policy/provisions\\_and\\_instruments/l60014\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/l60014_pt.htm). Acesso em: 11.11.12.

<sup>4</sup> A Organização Mundial do Comércio (OMC) surgiu em substituição ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1995. A criação da OMC foi o resultado da Rodada do Uruguai, última reunião do GATT, iniciada em 1986 e concluída em 1993 com o estabelecimento de diversos acordos. Um dos temas

mais polêmicos dessa Rodada foi à *questão agrícola* em virtude das transformações ocorridas nesse setor nos EUA e União Europeia. Baseado em MARCOS (2008).

<sup>5</sup> O *Continente* faz parte do grupo Sonae MC (Sociedade Nacional de Estratificados) com destaque no mercado nacional no retalho alimentar. O Continente e Continente Modelo (hipermercados), Continente Bom Dia (supermercados), Bom Bocado (cafeteria). O Grupo atua em outros ramos: hotelaria, telecomunicações, mercado imobiliário, tecnologia de informações etc. Presente em muitos países. Disponível em: <http://www.sonae.pt/pt/sonae/historia>. *Pingo doce* – faz parte do Grupo Jerónimo Martins. Atua distribuição alimentar em Portugal, através das insígnias Pingo Doce e Recheio, e, na Polónia, através da cadeia Biedronka. Ainda, é o maior Grupo Industrial de bens de grande consumo no País, através das suas participações na Unilever Jerónimo Martins e na Gallo Worldwide. Dedicar-se à distribuição e representação de marcas internacionais como a Hussel que é uma cadeia de retalho especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, cono também, em projectos de restauração, com 61 estabelecimentos espalhados por todo o país. O Grupo detém ainda a rede de farmácias Apteka Na Zdrowie e a cadeia de drugstores Hebe. Disponível em: <http://www.jeronimomartins.pt/negocios/outros-negocios.aspx>. *Jumbo* - entrou recentemente para o Grupo Auchan. Este passou assumir a gestão da cadeia de hipermercados Jumbo e supermercados Pão de Açúcar em Portugal, constituída por um parque de 33 lojas (23 da insígnia Jumbo e 10 da insígnia Pão de Açúcar) com uma área total de 197.630 m<sup>2</sup>, 30 Lojas BOX, 23 Gasolineiras Jumbo, 23 espaços Saúde e Bem Estar, 1 Quiosque para farmácia, 7 Ópticas Jumbo e uma Loja Jumbo Natureza e em outros ramos. De origem francesa, o grupo está presente em muitos países pelo mundo. Disponível em: <http://www.auchan.pt/CMS/Grupo/Pages/EmPortugal.aspx>. *LIDL* - Rede de lojas de distribuição alimentar presente em toda a Europa. Foi criado na Alemanha nos finais dos anos 30 e a internacionalização para os países da Europa teve início nos anos 90. É um dos maiores grupos de lojas alimentares *discount* na Europa. Disponível em: <http://www.lojj.pt/lidl/>. *Brio* - Rede de supermercados que comercializam produtos biológicos. <http://www.lojj.pt/brio/>.

<sup>6</sup> A comparação feita entre mercados municipais e hipermercados data da visita aos mesmos no sábado - 03.11.12. Segundo a coordenadora da MAPOTECA da UL (Universidade de Lisboa), a Geógrafa Sandra Domingues, os preços variam entre os dias da semana e o fim de semana. Ficando mais caros aos sábados e domingos. Na ilha da Madeira a visita ocorreu em: 20.11.12

<sup>7</sup> Para vender em feiras Biológicas, o produtor precisa fazer um curso e pagar pela certificação. Informações obtidas em pesquisa de campo Portugal/2012.

<sup>8</sup> Matéria exibida no Jornal da Tarde RTP/Portugal pelos jornalistas (J. R. V./N. S), em: 10.11.12 às 15h27min.

<sup>9</sup> A preferência por mulheres está ligada ao fato de que as mulheres sempre retornam aos seus países, enquanto que os homens não. Notas de sala de aula da disciplina: Mundo Rural e Desenvolvimento na Europa. UL- Lisboa – Portugal, 09.11.12.

<sup>10</sup> O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual de que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados. (MARCOS, 2008 p.196).

<sup>11</sup> De acordo com a CODEVASF, um Perímetro passa por três etapas: a) o **estudo** quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados; b) a **implantação** que é definida como o início real das obras; c) o estágio **em produção, quando** está em pleno funcionamento, assim recebe e recebe o nome de *Perímetro de Irrigação*. Para a Companhia, essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas. Temos no Polo Juazeiro/Petrolina os seguintes Perímetros em produção: Bebedouro, Mandacaru, Tourão, Maniçoba, Curaçá, Senador Nilo Coelho. Em implantação – Salitre e em estudo – Canal do Sertão Pernambucano. Disponível em: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br). Acesso em 24.02.2012.

<sup>12</sup> A Secchi Agrícola (Fazenda Fortaleza) instalou-se em Portugal em virtude das compras elevadas efetuadas pelo Grupo Jerónimo Martins (Pingo doce) que necessitava de paletas de mangas todos os dias e, por conta da distância às vezes tinham problema logístico. Assim, abrir um armazém no país minimizaria esses problemas, como também poderia atender melhor a seu cliente que, na ocasião, tinha parceria de exclusividade. Contudo, com a crise econômica passou a ter excedentes de produção e como o Grupo precisava rentabilizar o espaço, foi necessário abrir para concorrência. Informações obtidas em pesquisa de campo ao Pingo doce em 08.11.2012.

## Referências

CUNHA, conceição. KASTENHOLZ, Elisabeth. CARNEIRO, Maria João. **Análise da Relevância do Empreendedorismo, estilo de vida para o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural**. In: O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro. Coord. KASTENHOLZ, Elisabeth. Et al. Alentejo PT. Editora 100LUZ, 2011.

GALINDO, Pilar. **OMC y Unión Europea. El Acuerdo sobre Agricultura y la PAC, dos caras de la misma moneda**. 2003. Disponível em:  
<http://www.rebellion.org/hemeroteca/sociales/030901galindo.htm>. Acesso em: 23.11.12.

\_\_\_\_\_. **Inseguridad alimentaria en el primer mundo. La UE y la PAC**. ECO PORTAL. NET, 2009. Disponível em:  
<http://www.ecoport.net/content/view/full/85066>. Acesso em: 23.11.12.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e Indústria no Brasil**. V.5, n.10, p.5-64, Uberlândia MG: Revista de Geografia Agrária, 2010.

MARCOS, Valéria de. **Agricultura e Mercado: Impasses e Perspectivas para o Agronegócio e a produção Camponesa no Campo Latino-Americano**. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino & João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MONTIEL, Marta Soler. **La Política Agrícola Común de la Unión Europea**. Lunes 19, Revista Pueblo, 2009. Disponível em:  
<http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article1737>. Acesso em: 23.11.12.

Recebido em 06/03/2015.
-------------------------

Aceito para publicação em 22/09/2015.
---------------------------------------